



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1472843 - RS (2014/0194674-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
REQUERENTE : ASYS COMPUTADORES LTDA
ADVOGADO : FABIANO DE BEM DA ROCHA E OUTRO(S) - RS043608
REQUERIDO : OFFICE OMMEGA INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA
ADVOGADO : DANIEL KOBER E OUTRO(S) - RS051169

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela provisória incidental formulado pela AZEVEDO DE ASSIS COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI, em que requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial interposto.

Alega, em suma, que (fl. 1.572):

1. A discussão perpassa a titularidade da Requerente sobre patente de Modelo de Utilidade MU8603191-0 validamente expedida pelo INPI e a industrialização/venda de produtos contendo idêntica disposição construtiva pela Requerida, violando e infringindo, como consequência, dispositivos da Lei 9.279/96 (LPI), tendo o processo de conhecimento foi ajuizado na origem em 18/05/2007 e o recurso especial autuado nesta Eg. Corte em 12/08/2014.
2. Ocorre que, na forma do art. 40 da LPI, a patente de modelo de utilidade vigora pelo prazo de 15 (quinze) anos contados da data do depósito.
3. Assim e tendo em mente que a patente da Requerente foi depositada no INPI em 20/07/2006, a expiração de sua vigência se dará no próximo dia 20/07/2021, quando deixará a Requerente de possuir o direito de exclusiva e de impedir terceiros de fabricar e vender produto que a incorpora (LPI, art. 42, I) da LPI, mantendo-se somente o direito à indenização e reparação pelo uso não autorizado ocorrido durante o período de vigência, ex vi do art. 44 do mesmo diploma.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim decidiu sobre o pleito da parte recorrente (fl. 1.420):

RESPONSABILIDADE CIVIL. PRELIMINAR. NÃO CONHECIMENTO DO APELO. DESCABIMENTO. A apresentação de embargos de declaração contra a sentença, em que a parte alega omissão quanto às parcelas condenatórias, não configura aquiescência

quanto aos demais pontos da decisão de primeiro grau. Inaplicabilidade do disposto no art. 503 do Código de Processo Civil. CONTRAFAÇÃO. FATO IMPEDITIVO SUPERVENIENTE. ANULAÇÃO DA PATENTE DE INVENÇÃO. AUSÊNCIA DO DIREITO INVOCADO. Pretensão indenizatória veiculada com base em utilização indevida de produto patenteado. Fato superveniente consubstanciado na decisão administrativa do INPI anulando a patente outrora concedida, por ausência de inovação no produto. Revogação que possui efeitos ex tunc, retroagindo à data do depósito do pedido. Inexistência de contrafação pelo réu. Impossibilidade de a autora pleitear ressarcimento de produto o qual não possui patente. Concorrência desleal não configurada."... sem a obtenção desta condição essencial para caracterização do meio desleal empregado, isto é, o registro da patente, descaracterizado está a alegada concorrência desleal"1. Processo extinto sem resolução de mérito, por falta de interesse superveniente. PRELIMINAR DE CONTRARRAZÕES AFASTADA. PROCESSO EXTINTO POR FALTA DE INTERESSE. PREJUDICADO EXAME DO APELO. UNÂNIME.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Na espécie, a parte requerente deixou de demonstrar o *periculum in mora*, não tendo desenvolvido nenhuma argumentação sobre a necessidade concreta e urgente de concessão do efeito suspensivo ao recurso interposto, que justifique a atuação em regime de plantão.

Não obstante a fundamentação sustentada pela requerente, o fato é que seu exame encontra-se atrelado ao próprio mérito do recurso, e, diante da natureza satisfativa do pleito, sua análise pormenorizada compete ao Colegiado, não sendo, pois, passível de exame/concessão em sede de cognição sumária.

Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente